

À Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO
(Da Sra. Ana Guerra)

Requer acompanhamento da situação de tensão na área ocupada pelo MST em Felisburgo-MG, e solicita informações ao governo do estado, já que são terras públicas.

Senhora Presidente,

Tendo em vista a grave violação aos direitos humanos, ocorrida em 20 de novembro de 2004, dia da Consciência Negra, quando cerca de 18 jagunços, liderados pelo fazendeiro e empresário Adriano Chafik Luedy, invadiram o Acampamento Terra Prometida, em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais e assassinaram covardemente Iraguiar Ferreira da Silva (23 anos), Miguel José dos Santos (56 anos), Francisco Nascimento Rocha (62 anos), Juvenal Jorge da Silva (65 anos) e Joaquim José dos Santos (65 anos). Todos os tiros foram à queima roupa. Feriram outras 20 pessoas sem-terra, inclusive uma criança de 12 anos que levou um tiro no olho. Atearam fogo no acampamento, reduzindo a cinzas 65 barracas, inclusive a barraca da escola., onde 51 adultos faziam, todas as noites, o curso de alfabetização.

Em 07/04/2005, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, concedeu *habeas corpus* ao fazendeiro e empresário Adriano Chafik Luedy, um réu confesso de crime hediondo, existindo ainda 13 mandatos de prisão para serem cumpridos.

No intuito de que mais um massacre perpetrado contra os verdadeiros donos da terra, não permaneça impune, como tantos outros, pedimos o imediato acolhimento deste caso nessa comissão, bem como a consolidação de um conjunto de providências no âmbito dos poderes constituídos, a fim de que possamos de forma exemplar adimplir com as expectativas das famílias que choram seus mortos, e clamam pela realização da justiça da forma mais contundente possível, rogando ainda que as ações se desenvolvam com a máxima celeridade possível visando evitar a fuga dos envolvidos.

Nos termos regimentais, ouvido o plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, requeiro à Vossa Excelência que esta Comissão acolha este caso e acompanhe de perto os acontecimentos, e que peça informações ao Governo do Estado de Minas Gerais, já que o local onde estão os sem terra, segundo o ITER – Instituto de Terras de Minas Gerais- são terras públicas do estado.

Anexo documentos entre outros, que descrevem a situação de tensão na região. |

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2005

Deputada Ana Guerra
PT-MG